

Contabilidade Social

Prof. Regis Augusto Ely

Agosto de 2011 - Revisão Novembro de 2012

1 Contabilidade Social

A contabilidade social, ou nacional, é um instrumental que permite mensurar a totalidade das atividades econômicas, através da organização dos agregados econômicos (variáveis macroeconômicas).

1.1 Produto

- *Produção*: é a atividade social que visa adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas.
- *Fatores de produção*: são os recursos empregados para a produção de bens e serviços. Podem ser separados em terra, capital e trabalho.
- *Produto*: é a soma daquilo que foi produzido em um país durante determinado período de tempo, normalmente um ano, ou um trimestre. Note que produto é uma variável fluxo (calculada entre dois instantes de tempo) e não uma variável estoque (calculada em apenas um instante de tempo).
- *Crescimento Econômico*: é o aumento percentual do produto em determinado período de tempo. Ex: variação do PIB de 2009 a 2010.

1.2 Cálculo do produto

Para se chegar a uma medida do produto de uma economia, é necessário agregar os diferentes bens em apenas uma medida, seus valores monetários. Assim, o produto é a expressão monetária da produção em determinado período.

A principal medida do produto utilizada no Brasil é o PIB (Produto Interno Bruto). Existem 3 óticas diferentes para o cálculo do PIB, todas chegam ao mesmo resultado.

1.3 Ótica do produto

- *Valor bruto da produção:* soma da produção de todos os bens da economia, incluindo bens intermediários.
- *Valor adicionado:* é o valor adicionado aos bens intermediários em cada etapa do processo produtivo. Assim, quando transformamos farinha em pão, adicionamos valor a farinha.
- *Problema da dupla contagem:* a medição do produto não se dá pela soma do valor de produção em todas as etapas do processo produtivo (valor bruto da produção), mas corresponde apenas ao valor total da produção de bens e serviços finais (destinados ao consumidor final), ou ao valor adicionado aos bens intermediários em cada etapa do processo produtivo. Assim evitamos problemas de dupla contagem.

Logo, temos duas maneiras de calcular o PIB pela ótica do produto, somar o valor dos bens e serviços finais, ou somar aquilo que foi acrescido ao valor dos bens intermediários em cada etapa produtiva.

Exemplo: suponha que uma economia produza apenas pão, utilizando trigo que já é dado e farinha que é produzida apenas com o trigo. Temos então:

Produto	Valor do produto	Insumos	Valor adicionado
Trigo	10	0	10
Farinha	15	10	5
Pão	20	15	5

O valor do PIB dessa economia é 20, podendo ser calculado pela soma da última coluna da tabela (valor adicionado), ou pelo valor da produção de pão, que é o único bem final da economia. Chegamos assim ao conceito de PIB_{pm} (PIB a preços de mercado).

1.4 Ótica do dispêndio

A ótica do dispêndio (ou despesa) mede o produto por meio do gasto ou demanda (compras finais), ao invés da produção.

O conceito de dispêndio refere-se aos possíveis destinos do produto que são o consumo das famílias, o consumo do governo (gasto do governo), o investimento, e as exportações líquidas (exportações menos importações). Logo, temos:

$$DA = C + I + G + X - M \quad (1)$$

onde DA é a despesa agregada, C é o consumo das famílias, I é o investimento, G é o gasto do governo, X é a exportação, e M é a importação.

1.5 Ótica da renda

A ótica da renda mede o produto por meio da renda gerada no processo produtivo.

O conceito de renda agregada refere-se a remuneração dos fatores de produção envolvidos no processo produtivo. Os tipos de remuneração são salários, juros, aluguéis e lucros. Logo,

$$RA = Salarios + Juros + Alugueis + Lucros \quad (2)$$

onde RA é a renda agregada, o salário é a remuneração do fator trabalho, juro é a remuneração do capital, aluguel a remuneração da terra e o lucro é a remuneração do risco.

1.6 Identidade macroeconômica básica

A identidade macroeconômica básica nos diz que o cálculo do produto pelas 3 óticas acima levam ao mesmo resultado. Logo, temos:

$$Produto Agregado = Despesa Agregada = Renda Agregada \quad (3)$$

Assim, tudo que é produzido (produto agregado) deve ser utilizado de alguma forma (despesa agregada), gerando renda para os fatores de produção (renda agregada).

1.7 Fluxo circular da renda

Para exemplificar o fluxo de recursos em uma economia fechada e sem governo, construímos um diagrama chamado de fluxo circular da renda.

No nosso exemplo há dois agentes, famílias e empresas, e dois mercados, o de bens e serviços e o de fatores de produção. Note que as famílias compram das empresas que pagam a renda às famílias na forma de salários, aluguéis, lucros e juros. Por outro lado, as empresas fornecem bens e serviços às famílias, enquanto que estas fornecem os fatores de produção para as empresas (terra, capital e trabalho).

Esse fluxo está demonstrado na figura seguinte:

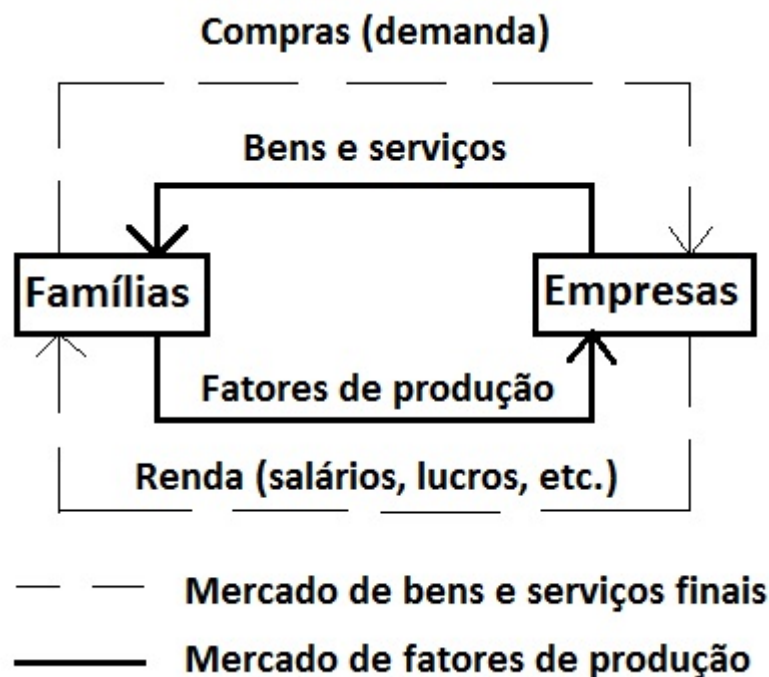


Figura 1: Fluxo circular da renda

1.8 Poupança e investimento (*Economia fechada sem governo*)

- *Investimento*: aquisição de bens de produção ou bens de capital que visam aumentar a oferta de produtos no período seguinte. É constituído pela formação bruta de capital fixo mais a acumulação de estoques (note que estoques são utilizados para produção e oferta futura). Logo, $I = FBCF + \Delta E$.

Para que o investimento ocorra, nem toda a renda da economia deve ser consumida, de modo que parcela da renda das famílias deve ser poupada.

- *Poupança*: parcela da renda não consumida em dado período.
- *Sistema Financeiro*: é o responsável por captar recursos dos poupadores e transferí-los aos investidores, sendo composto pelas instituições financeiras (bancos, corretoras, financeiras, etc.)

Em uma economia fechada e sem governo, as famílias terão dois destinos para a renda recebida, $Y = C + S$, consumo e poupança.

Pelo lado da ótica do dispêndio, existem dois tipos de gastos na economia, $DA = C + I$, consumo ou investimento.

Logo, como visto anteriormente, renda deve ser igual à demanda, pois as óticas da renda e do dispêndio levam ao mesmo resultado. Assim, teremos:

$$Y = DA \Rightarrow C + S = C + I \Rightarrow S = I \quad (4)$$

Em uma economia fechada e sem governo, a poupança deve ser igual ao investimento.

- *Depreciação*: corresponde à parcela dos bens de capital que é consumida a cada período produtivo.

Logo, uma parcela da produção de bens de capital é utilizada para repor aquilo que foi depreciado, de modo que nem toda a produção de bens de capital corresponde a um novo investimento. Se descontarmos a depreciação do total do investimento bruto temos uma medida do investimento líquido. Assim:

$$IL = IB - Depreciacao \quad (5)$$

Como o investimento entra dentro da nossa fórmula do produto, podemos diferenciar Produto Interno Bruto de Produto Interno Líquido também:

$$PIL = PIB - Depreciacao \quad (6)$$

1.9 Governo (*Economia fechada com governo*)

O governo é o responsável por prover os bens públicos por meio da arrecadação de impostos. Note que o gasto do governo se refere aos gastos das esferas federal, estadual e municipal, inclusive autarquias, não incluindo o gasto de empresas estatais, que é considerado no investimento.

Os impostos arrecadados pelo governo são de dois tipos:

1. *Impostos diretos*: incide sobre o agente que os recolhe. Ex: Imposto de Renda, IPTU, IPVA, etc.
2. *Impostos indiretos*: incide sobre a mercadoria a ser vendida, sendo recolhido pelas empresas, mas pagos pelos consumidores, pois estão embutidos nos preços. Ex: ICMS, IPI, etc.

Os impostos indiretos fazem com que o preço de mercado seja maior do que o custo de produção (incluindo o lucro) de uma mercadoria, ou seja, nem toda receita com a venda da mercadoria corresponde à renda dos fatores de produção, pois parte dela vai para o governo. Por outro lado, subsídios fazem com que o preço seja menor do que os custos de produção. O PIB a custo de fatores mede apenas o produto que corresponde a renda de fatores, excluindo impostos indiretos e somando subsídios do PIB a preços de mercado. Logo:

$$PIB_{cf} = PIB_{pm} - Impostos Indiretos + Subsídios \quad (7)$$

Com o governo, temos outro destino para a renda, que é o pagamento de impostos (T), e outro elemento de gasto da demanda, o gasto do governo (G). Logo, $Y = C + S + T$ e $DA = C + I + G$. Pela identidade macroeconômica básica, temos:

$$Y = DA \Rightarrow C + S + T = C + I + G \Rightarrow S - I = G - T \quad (8)$$

Assim, se o governo gastar em excesso ($G > T$), então deve haver poupança no setor privado para financiar esse gasto ($S > I$).

1.10 Resto do mundo (Economia aberta)

Resto do mundo são todos os agentes de outros países que transacionam com os residentes do país.

Dois tipos de transações ocorrem com o resto do mundo:

1. *Bens e serviços*: a transação de bens e serviços é feita através das exportações e importações. Exportações correspondem à venda de parte de nossa produção para o exterior, constituindo-se em um elemento de demanda por produção interna. Importações são aquisições de produção estrangeira.
2. *Fatores de produção*: as transações com fatores de produção correspondem ao envio e recebimento de renda (remuneração dos fatores de produção). A renda líquida enviada ao exterior (RLEE) é a diferença entre aquilo que é pago por fatores de produção externos utilizados internamente (renda enviada ao exterior) e aquilo que é recebido do exterior por fatores de produção nacionais empregados em outros países (renda recebida do exterior).

O conceito de Produto Interno se refere apenas aquilo que é produzido internamente no país. Já o Produto Nacional se refere a todo o tipo de renda gerada por residentes do país, não só aquela produzida dentro dos limites territoriais do país. Assim, temos o conceito de Produto Nacional Bruto:

$$PNB = PIB - RLEE \quad (9)$$

Numa economia aberta e com governo, as famílias irão continuar utilizando sua renda na forma de consumo, poupança ou pagamento de imposto, $Y = C + S + T$, mas o gasto será dado por $DA = C + I + G + X - M$. Logo, teremos:

$$Y = DA \Rightarrow S + T + M = I + G + X \Rightarrow (X - M) = (T - G) + (S - I) \quad (10)$$

No caso de superávit na balança comercial ($X - M > 0$), deve haver superávit nas contas do governo ou na poupança do setor privado, ou em ambos.

Analisando do ponto de vista externo, se houver gasto em excesso dos outros países ($X - M > 0$), ele deve ser financiado pela poupança interna do governo ou do setor privado. Analogamente, nos referimos a ($M - X$) por poupança externa. Se houver gasto em excesso do governo e do setor privado, devemos ter excesso de poupança externa para financiar esse gasto ($M - X > 0$).

1.11 Resumo das diferentes medidas

Podemos construir um quadro que resume as diferentes medidas vistas até aqui.

Medida Original	Transformação	Medida Resultante
Bruto	Menos Depreciação	Líquido
Preços de Mercado	Menos Impostos Indiretos mais Subsídios	Custo de Fatores
Interno	Menos Renda Líquida Enviada ao Exterior	Nacional

Assim, podemos mesclar diversos tipos de medidas para criar indicadores diferentes, como Produto Interno Líquido a custo de fatores, Produto Nacional Bruto a preços de mercado, etc. Um desses indicadores que utilizaremos é o Produto Nacional Líquido a custo de fatores, que chamaremos de Renda Nacional Líquida. Assim:

$$RNL = PNL_{cf} \quad (11)$$

1.12 Produto real e nominal

Quando a moeda perde valor ou os preços sobem (inflação), o produto pode variar em termos monetários sendo que a quantidade física permanece a mesma. Para levar em conta o efeito dos preços sobre o produto, diferenciamos produto real de nominal.

- *Produto real*: medido a preços constantes.
- *Produto nominal*: medido a preços correntes.

O que interessa para nós é o produto real, que é calculado deflacionando o PIB nominal através de índices de preços que medem a inflação. Logo:

$$\text{Produto Real} = \frac{\text{Produto Nominal}}{\text{Deflator Implícito}} \times 100 \quad (12)$$

O índice de preço utilizado para deflacionar o PIB é chamado de Deflator Implícito do PIB.

2 Sistema de contas nacionais

Os dois principais sistemas de contas são o Sistema de Contas Nacionais e a Matriz Insumo-Produto. O primeiro é mais difundido pois inclui apenas os bens e serviços finais,

sendo o cálculo mais fácil. No segundo, necessitamos de um levantamento mais completo, pois incluímos produtos intermediários e efetuamos o cálculo do PIB pelo valor adicionado. Aqui, veremos apenas o primeiro.

O Sistema de Contas Nacionais é baseado em 4 contas:

1. Conta Produto Interno Bruto (refere-se a produção)
2. Conta Renda Nacional Disponível Líquida (refere-se a apropriação e utilização da renda)
3. Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo (refere-se ao setor externo)
4. Conta de Capital (refere-se a acumulação e formação do capital)

A conta complementar do sistema é a Conta Corrente das Administrações Públicas, que discrimina as contas do governo.

Todas contas são feitas de acordo com o método das partidas dobradas (débito/ativo e crédito/passivo).

2.1 Conta Produto Interno Bruto

No lado do débito temos o pagamento das unidades produtivas aos fatores de produção (ótica da renda), incluindo impostos indiretos (menos subsídios). No lado do crédito está o que as empresas receberam dos agentes que adquiriram os bens e serviços finais (ótica da despesa).

Débito	Crédito
Salários	Consumo das famílias
Excedente Operacional Bruto	Consumo do governo
Impostos Indiretos	Formação bruta de capital fixo
(-) Subsídios	Variação dos estoques
	Exportações de bens e serviços
	não-fatores
	(-) Importações de bens e serviços
	não-fatores
Produto Interno Bruto a preços de mercado	Despesa Interna Bruta a preços de mercado

O Excedente Operacional Bruto corresponde ao PIB_{cf} menos o total de salários, ou seja, é o total das outras remunerações dos fatores de produção que não o trabalho (juros, aluguéis e lucros).

2.2 Conta Renda Nacional Disponível Líquida

No lado do débito, temos como a renda recebida pelas famílias e governo é utilizada (consumo ou poupança). No lado do crédito, temos a forma de recebimento desta renda.

Débito	Crédito
Consumo das Famílias	Salários
Consumo do Governo	Excedente Operacional Bruto
Saldo: Poupança Interna	Impostos Indiretos
	(-) Subsídios
	(-) Depreciação
	(-) Renda Enviada ao Exterior
	Renda Recebida do Exterior
Utilização da Renda Nacional Disponível Líquida	Apropriação da Renda Nacional Disponível Líquida

2.3 Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo

No lado do débito está a utilização dos recebimentos pelo resto do mundo. No lado do crédito está a fonte dos recursos recebidos pelo resto do mundo.

Débito	Crédito
Exportações de bens e serviços não-fatores	Importações de bens e serviços não-fatores
Renda Recebida do Exterior	Renda Enviada ao Exterior
Saldo: Poupança Externa	
Utilização dos Recebimentos Correntes	Recebimentos Correntes

2.4 Conta de Capital

No lado do débito são lançados os gastos com a formação de capital, incluindo a depreciação. No lado do crédito está a fonte de recursos para o investimento.

Débito	Crédito
Investimento em Bens de Capital	Poupança Interna
Variação de Estoques	Poupança Externa
(-) Depreciação	
Total da Formação de Capital	Financiamento da Formação de Capital

2.5 Conta Complementar do Governo

A conta complementar é a Conta Corrente das Administrações Públicas, onde no lado do débito está a forma como o governo utilizou a receita corrente, e no lado do crédito como obteve ela.

Débito	Crédito
Consumo Final das Administrações Públicas	Impostos Indiretos
Subsídios	Impostos Diretos
Transferências de Assistência e Previdência	Outras Receitas Correntes Líquidas do Governo
Juros da Dívida Pública	
Saldo: Poupança em Conta Corrente do Governo	
Utilização da Receita Corrente	Total da Receita Corrente

Nessa conta são lançadas apenas as despesas correntes do governo. As despesas de capital correspondem a Investimento em Bens de Capital.

Lembrem que na conta Renda Nacional Disponível Líquida calculamos a poupança interna. Agora, temos a poupança do governo. Logo,

$$Poupanca Privada = Poupanca Interna - Poupanca do Governo \quad (13)$$

O conceito de poupança em conta corrente do governo não deve ser confundido com o de déficit ou superávit do governo ($G - T$), pois este inclui todas as transações do governo, não só as correntes.

No Brasil, esse sistema de contas nacionais é calculado pelo IBGE.

3 Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos (BP) de um país é o resumo contábil das transações econômicas que esse país faz com o resto do mundo, sendo elaborado pelo Banco Central (Bacen) através do método das partidas dobradas.

Toda a entrada de divisas corresponde a um crédito (exportações, recebimentos, etc.)
Toda saída de recursos corresponde a um débito (importações, pagamentos, etc.).

As transações são classificadas em duas espécies:

- *Transações autônomas*: são as transações que acontecem de fato, motivadas pelos interesses dos agentes.
- *Transações compensatórias*: são destinadas a financiar o saldo das transações autônomas, ocorrem quando não existe igualdade entre créditos e débitos nas transações autônomas.

A estrutura do BP é a seguinte:

- A. Balança de Transações Correntes
 - A.1 Balança Comercial
 - A.1.1 Exportações
 - A.1.2 Importações
 - A.2 Balança de Serviços
 - A.2.1 Transportes e Seguros
 - A.2.2 Viagens Internacionais e Turismo
 - A.2.3 Rendas de capital (juros e lucros)
 - A.2.4 Diversos
 - A.3 Transferências Unilaterais
- B. Balança de Capitais
 - B.1 Investimentos
 - B.2 Empréstimos e Financiamentos
 - B.3 Outros
- C. Erros e Omissões
- Saldo do BP (A+B+C)**
- D. Transações Compensatórias
 - D.1 Variações de Reservas
 - D.2 Operações de Regularização
 - D.3 Atrasos Comerciais

Note que o déficit ou superávit do BP corresponde ao saldo de $(A + B + C)$, ou resumindo, $Saldo BP = TC + MKa$, onde TC é o saldo das transações correntes e MKa é o saldo da balança de capitais, ou movimento de capitais autônomos.

Como temos partidas dobradas, devemos ter:

$$TC + MKa = -MKc \quad (14)$$

onde MKc é o saldo das transações compensatórias, ou movimento de capitais compensatórios.

Referências

Pinho, D. B. *et al* (2006). *Manual de economia - equipe de professores da USP*. Ed. Saraiva.

Vasconcellos, M. A. S. de *et al* (2000). *Manual de macroeconomia: básico e intermediário*. Ed. Atlas.